

ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS E LINGUAGEM ANTES DO NASCIMENTO DA LINGUÍSTICA MODERNA

Sebastião Elias Milani¹
Jefferson Silva do Rêgo²

RESUMO

Apesar da complexidade e dos riscos implicados na empreitada de tratar diacronicamente os estudos sobre línguas e linguagem, assume-se na contemporaneidade que cada vez mais é preciso retomar criticamente os estudiosos clássicos da linguagem, como vem asseverando Koerner (1996) e Auroux (2009). Com essa perspectiva, à luz de princípios teóricos e metodológicos oriundos da Historiografia-Linguística trabalhados por Coelho e Hackerott (2012), pretende-se aqui trazer à tona, alguns elementos da produção de conhecimentos sobre línguas e linguagem do período que vai da Grécia Antiga, passa pelas Idades Média e Moderna, e chega ao Século das Luzes, período este no qual foi produzida uma vasta tradição de estudos, tradição com a qual travaram intenso diálogo os grandes pensadores da linguagem dos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Historiografia-Linguística, História da Linguística, Linguagem.

Introdução

A história de uma ciência e a geração de novos conhecimentos são coisas que podem e devem andar juntas. Parafraseando Auroux (2009) – para quem todo conhecimento é uma realidade histórica e para quem todo fazer científico é resultado de um processo contínuo de acumulação e de sistematização de conhecimentos – toda ciência precisa, de tempos em tempos, passar por revisões historiográficas, se ela quiser mesmo manter-se em pleno desenvolvimento. Ou seja, a inovação de uma ciência depende, em grande medida, da conexão constante e revigorante com o seu passado recente e remoto.

¹ Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. E-mail: sebaselias@uol.com.br

² Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal Goiás de UFG. E-mail: entrecais@gmail.com

Desse modo, como todo conhecimento é construído social e historicamente, toda ciência precisa, constantemente, refletir sobre sua dimensão historicizante. No âmbito dos estudos sobre línguas e linguagem, fazendo coro com Konrad Koerner (1996), a Historiografia-Linguística tem assumido o papel de funcionar como uma potente ferramenta disponível aos pesquisadores do campo da linguagem que desejam flexionar o olhar em busca de uma visão mais panorâmica, mais globalizante, portanto, mais completa desse campo do conhecimento humano.

A Historiografia-Linguística tem ajudado a construir uma melhor compreensão acerca da dimensão histórica dos estudos linguísticos, propiciando aos estudiosos da área uma intimidade maior com as configurações epistemológicas e metodológicas que constituem ou constituíram as ciências da linguagem ao longo dos séculos. Por assim dizer, o conhecimento decorrente da prática investigativa sintonizada com a Historiografia-Linguística tem aguçado a capacidade de o pesquisador distinguir, dentre a enorme variedade de temas e perspectivas, os verdadeiros avanços em seu campo de estudo.

De fato, desde 1970, muitos pesquisadores (como Konrad Koerner, Sylvain Auroux e Pierre Swiggers) vêm reforçando a premissa segundo a qual o passado existe para ser apreendido criticamente, e jamais para ser esquecido ou repetido; o que vem deixando cada vez mais evidente que o progresso de uma ciência pressupõe, paralelamente, um esforço no sentido de compreender melhor a sua gênese e o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, à luz de princípios teóricos e metodológicos oriundos da Historiografia-Linguística, busca-se aqui realizar um breve panorama histórico acerca dos estudos pré-linguísticos e paralinguísticos, expressões tomadas de Joaquim Mattoso Camara Jr (1975), para quem o adjetivo linguístico só poderia ser usado para se referir aos estudos sobre línguas e linguagem a partir do surgimento e da consolidação da linguística nos séculos XIX e XX. Desse modo, antes da constituição dos estudos propriamente linguísticos, existiriam dois tipos de estudos nesse campo: os estudos pré-linguísticos e os paralinguísticos. Os primeiros referem-se aos estudos centrados na reflexão gramatical, isto é, em questões relacionadas à estrutura e ao uso das línguas naturais. Os segundos seriam constituídos pelos estudos que focalizam as reflexões

filosóficas sobre a linguagem (estudo lógico da linguagem) e os que reconhecem nela a expressão da natureza biológica humana (estudo biológico da linguagem).

Ao se adotar as expressões estudos pré-linguísticos e paralinguísticos, a intenção é também enfatizar que a linguagem verbal humana tem sido objeto de estudo de reflexão desde épocas remotas, e que a linguística é considerada uma ciência muito recente, formatada tão somente no século XIX e razoavelmente sistematizada apenas no século XX. Logo, as expressões pré-linguísticos e paralinguísticos adotadas referem-se a todos os tipos de estudos sobre línguas e linguagem ocorridos no Ocidente até o século XVIII, ou seja, antes do surgimento da linguística enquanto ciência nos moldes modernos.

Conforme Eugenio Coseriu (1980), desde Platão e Aristóteles, passando pelos filósofos medievais e modernos, até chegar aos atuais cientistas da linguagem, os fenômenos linguísticos ora são abordados por perspectivas que privilegiam seus aspectos internos, suas estruturas formais, ora são estudados por perspectivas que privilegiam os seus aspectos exteriores, porque são da ordem do social e/ou do histórico. Essas duas considerações podem ser melhor compreendidas no quadro panorâmico proposto pelo próprio Coseriu (1980, p. 04):

1	2	3
Origens > Renascimento	Renascimento > Século XVIII	Século XVIII
Caráter Interno Teoria/Descrição	Caráter Externo História/Comparação	Caráter Interno Teoria/Descrição
4	5	6
Século XIX	Século XX	Século XXI
Caráter Externo História/Comparação	Caráter Interno Teoria/Descrição	Caráter Externo História/Comparação

Panorama dos estudos sobre língua e linguagem, segundo Coseriu

Em outras palavras, Coseriu defende que existe, um lado, os estudos de cunho teórico e descritivo, e de outro, os estudos de feição comparativo e histórico. Os primeiros concentram-se nos sistemas linguísticos, estudando suas diversas formas de configurações existentes, enquanto os segundos focalizam o contexto no qual a linguagem

e as línguas encontram-se envolvidas, atentando-se para o papel dos falantes e para as variações e mudanças linguísticas em curso.

Desse modo, os estudos sobre a linguagem estariam num *continuum* entre períodos teorizadores e historicistas, em um movimento que se reveste de certa regularidade. Isso ratifica uma certa obviedade que, não raro, costuma passar despercebida entre muitos linguistas contemporâneos: quanto mais os atuais estudos linguísticos pelem para romper com a tradição, mais eles fazem parte dela: “os temas teóricos e descritivos da linguística atual recuam à Antiguidade e à Idade Média e, sobretudo, ao século XVIII; [enquanto] os históricos e comparativos, à linguística do Renascimento e do século XIX” (COSERIU, 1980 p. 09). Ainda segundo Coseriu, o século XX foi essencialmente teorizante, enquanto o século XXI tende a ser um período para se fazer a revisão do passado recente e remoto. Em seguida, com vistas a melhor entender a proposição de Coseriu, serão realizados alguns comentários e aproximações sobre cada período mencionado.

Teoria e descrição da Antiguidade ao Medievo

Como se sabe, desde a Antiguidade Clássica até os primórdios do Renascimento, o que predominou como núcleo do interesse foram os problemas de descrição e de definição referentes à essência da linguagem e às categorias das línguas. Para Maurice Leroy (1971, p. 19), o problema essencial, que se colocava para os filósofos da Grécia Antiga, consistia na elaboração de uma teoria do conhecimento que conseguisse definir e explicar “as relações entre a noção e a palavra que a designa”.

Nesse aspecto, conforme Barbara Weedwood (2002), o *Crátilo* de Platão é, sem dúvida, um dos textos fundadores dentro da cultura ocidental, porque inaugurou o confronto de duas concepções da linguagem verbal humana fundamentalmente opostas, a saber: a língua como fonte de conhecimentos *versus* a língua como simples meio de comunicação. O debate do diálogo gira em torno da natureza dos nomes. Crátilo é a personagem que defende a posição naturalista e Hermógenes, por sua vez, sustenta a posição oposta, convencionalista. Nesse debate, o ponto nevrálgico consiste justamente na definição do estatuto da linguagem. Ora, se as línguas são elementos que fazem parte da natureza, elas deveriam, por contaminação, conformar-se a certos princípios de ordem natural. Por outro lado, se são concebidas como entidades puramente culturais, elas

devem, necessariamente, ser regidas por princípios convencionais ou até mesmo arbitrários.

No desfecho, a personagem Sócrates vai admitir que a função da língua é representar as coisas do mundo. Consequentemente, seria seu dever manter-se ajustada a essa natureza imutável inerente aos conceitos. Da qualidade dessa relação depende a instauração do discurso verdadeiro ou do discurso falso. O discurso verdadeiro surge quando a palavra se ajusta à coisa, e a sentença exprime uma verdade sobre essa coisa. Um discurso que não fosse ajustado à coisa geraria uma proposição falsa. Desse modo, o criador de palavras, ou legislador, nos termos platônicos, “deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos no que é o nome em si” (PLATÃO, 1973, p. 128).

Para Platão, a atemporalidade da natureza deve repercutir na essência da linguagem verbal. A dizer, como a essência dos objetos do mundo empírico deve conservar-se ao longo do tempo, também as palavras de uma língua devem permanecer constantes, a fim de viabilizar a representação desses objetos. Só assim concebida, a linguagem verbal pode ser um instrumento útil aos homens na busca difícil e incessante por conhecimento verdadeiro. Do contrário – aceitar que os nomes sejam apenas convenções culturais –, significa conceber a língua como um instrumento inútil aos filósofos em sua árdua tarefa de conhecer verdadeiramente o mundo que os cerca.

De acordo com Julia Kristeva (1969), Platão encerra, no diálogo em referência, uma complexa concepção de linguagem, sempre oscilando entre as duas posições em jogo, como se sua intenção fosse mesmo sinalizar para a impossibilidade de se afirmar algo convictamente sobre o assunto, situação que não teria ocorrido em nenhum outro diálogo. Por conseguinte, Platão teria optado pelo caráter convencional da linguagem, mas dando uma significação mais precisa ao termo convenção, posto que consegue conciliar as duas teses, afirmando que a língua é, pois, uma criação humana e, neste sentido, convencional, mas que provém da essência das coisas que representa e, por isso, essa criação é natural.

Reforçando a hipótese sobre a oscilação de Platão, Weedwood (2002) diz que o filósofo deixa indícios de que há um pouco de verdade em ambas as posições. Embora muitas palavras possuam uma correção intrínseca, de acordo com a natureza (*phýsis*),

aquelas palavras em que tal estrutura natural não pode ser detectada, seja porque mal formadas originalmente, seja porque corrompidas ao longo do tempo, são entendidas por convenção (*thései*). “Em suma, embora a língua, na origem, tenha estado ligada diretamente à realidade – e vestígios dessa conexão ainda possam ser encontrados –, agora ela já seria um caminho muito tortuoso para o conhecimento da realidade” (WEEDWOOD, 2002, p. 27).

A partir de Aristóteles e dos estoicos, os gregos antigos conseguiram elaborar, de fato, alguns estudos mais completos sobre a linguagem verbal humana, chegando às asserções de cunho gramatical. Nas palavras de Câmara Jr., em sua *História da Linguística*, os gregos antigos conseguiram chegar “a um debate referente à natureza da gramática, isto é, das regras subjacentes que existem no uso da linguagem” (1975, p. 18). Com Aristóteles, o estudo filosófico da língua grega chegou a um elevado patamar de descrição e passou a ser chamado de gramática, evidenciando o importante papel da escrita como fator estimulante da reflexão linguística.

Todavia, não obstante os séculos transcorridos, ainda é muito complicado caracterizar o pensamento linguístico de Aristóteles, se é que existe nele alguma reflexão de natureza estritamente linguística. Primeiro, porque há uma imensa querela girando em torno da sua obra no que diz respeito a problemas de autoria, fontes fidedignas e tradução de seus textos, segundo porque, nos livros que chegaram à contemporaneidade, a língua é sempre vista em sua relação com o pensamento racional, tanto que foi Aristóteles o principal responsável pelo desenvolvimento do estudo lógico da linguagem, o qual prevaleceu até o advento da linguística nos moldes modernos, como resume Guillermo Thomsen:

O último dos grandes filósofos, Aristóteles, dedicou-se à filosofia da linguagem e lhe cabe a honra de ter impulsionado um certo conhecimento sobre as categorias gramaticais, ainda que, em verdade, somente quando se relaciona com a lógica, já que de modo algum ele foi um gramático. Ademais, nunca é uma empreitada fácil determinar qual seja seu pensamento, em razão, em parte, das dúvidas de crítica textual inerentes aos diversos escritos deixados a nós sob sua suposta autoria (THOMSEN, 1945, p. 24, tradução nossa³).

³ No original: “El último de los grandes filósofos, Aristóteles, ocupóse de la filosofía del lenguaje e le cabe el honor de haber impulsado un tanto el conocimiento de las categorías gramaticales, aunque, en realidad, sólo en cuanto se relaciona con la lógica, ya que en modo alguno es gramático. Por lo demás, no es siempre empresa fácil determinar cuál sea su pensamiento, a causa, en parte, de las dudas de crítica textual inherentes a los diversos escritos llegados a nosotros bajo su nombre”.

Na Idade Média, continuaram em voga várias das preocupações e interesses próprios da Antiguidade Clássica. A descrição gramatical limitava-se exclusivamente ao latim, repetindo-se em toda cristandade as lições de vários gramáticos famosos, como Denis de Trácia, Donato e Prisciano. Nesse período, Dante Alighieri (1265 - 1321) escreveu o *Devulgari eloquencia*, trabalho no qual descreveu e comparou catorze dialetos localizados na península itálica e nas ilhas de Sicília e Sardenha. Tratou-se de um estudo inacabado motivado muito mais por fatores literários do que linguísticos. Segundo Georges Mounin (1910 - 1993), Dante, ao final de sua empreitada, repudiou a todos os dialetos, inclusive o próprio toscano, que era a sua língua materna. O que o grande poeta do Renascimento procurava era saber qual das línguas neolatinas estudadas parecia mais com o latim, que era o idioma considerado ideal para tratar dos grandes temas da literatura, como o amor, as armas e a virtude. Destarte, o que o poeta procurava era um idioma que fosse “<vulgar ilustre>, <cardinal, áulico e crucial>” (MOUNIN, 1970, p. 114, destaques do autor).

De resto, durante a Idade Média, foram elaboradas as chamadas gramáticas especulativas, em que os gramáticos e filósofos, geralmente ligados à Igreja, tentavam definir os modos de correlação entre três domínios distintos: o mundo real, o pensamento e a linguagem. Supunha-se que esses três domínios compartilhavam estruturas comuns, e que cada um deles representava um tipo de categoria diferente, mas que podiam ser postas em paralelo, com base na elaboração de analogias formais.

História e comparação do Renascimento ao século XVII

Para Robert Henry Robins (1921 - 2000), em sua famosa *Pequena história da linguística*, a Renascença foi um dos estágios civilizatórios mais produtivos e dinâmicos da história. Nele, a humanidade buscou conhecer melhor seu passado, no intuito de subsidiar a construção do presente e do futuro. Em outras palavras, o Renascimento inaugurou o mundo moderno, posto que é nesse período que se configuram vários dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais que, mais tarde, tornar-se-iam característicos da Idade Moderna. Ao mesmo tempo, consistiu em um movimento bastante voltado para o passado, com vistas a redescobrir e revalorizar a cultura greco-romana. Assim, durante o Renascimento, “o sólido conhecimento do passado clássico e o

vigoroso dinamismo do presente deram extraordinária vitalidade a todas as formas de atividade humana” (ROBINS, 1983, p. 74).

Todas essas transformações geraram uma profunda alteração de percepção sobre a vida em sociedade e sobre a filosofia e as ciências. Em relação aos estudos linguísticos, o impacto delas foi muito grande, deixando o cenário de investigações muito mais complexo, porque mais numeroso e emaranhado. As línguas passaram a ser vistas como instituições sujeitas às intempéries temporais. Ao estudo do latim e do grego clássicos, somou-se ainda o estudo do árabe e, sobretudo, do hebraico, à época considerada a primeira língua falada na terra ou mesmo a língua de Deus.

Em uma alegoria interessante, Peter Burke (2010a) diz que o clima do Renascimento se assemelhava à situação vivenciada pelos homens quando decidiram construir a Torre de Babel, visto que havia muita gente de diferentes origens e falando línguas distintas. Esse contato entre várias e diferentes línguas favoreceu decisivamente uma tomada de consciência mais evidente para com a historicidade dos fenômenos linguísticos. Dois fatos contribuíram em larga medida para essa situação. Em 1453, Constantinopla, a capital do Império Romano do Oriente, caiu nas mãos dos turcos, o que ocasionou o deslocamento para a Europa de muitos eruditos e, conseqüentemente, de uma vasta bibliografia de obras clássicas. Em 1492, Cristóvão Colombo (1451 - 1506) chegou ao Novo Mundo, dando início ao processo de expansão da Europa para todo o globo.

Ainda segundo Burke (2010b), o desenvolvimento das culturas e dos Estados nacionais também corroborou para a valorização dos vernáculos, os quais passaram a ser objetos de estudo e reflexão pelos gramáticos e filósofos. Para se fortalecerem, tais línguas precisaram angariar o *status* de línguas nacionais, no sentido de viabilizar a unificação dos povos e das culturas. Além disso, essa valorização ganhava ainda mais impulso com as primeiras traduções dos textos religiosos dos protestantes. À medida que os Estados nacionais se consolidavam, muitos vernáculos passaram a ganhar relevância social, portanto.

Todo esse incentivo à consolidação dos vernáculos europeus resultou numa diversificação e em uma mistura de idiomas e, por consequência, na necessidade de uma padronização linguística, a qual seria promovida principalmente pelas academias e expressa mediante a publicação de gramáticas e dicionários. Entretanto, como lembra Weedwood (2002), mais do que descrever e analisar cientificamente, tais estudos

gramaticais dos vernáculos tinham muitas vezes a intenção de mostrar que essas línguas apresentavam regras tão sistemáticas quanto as regras das línguas clássicas, como o grego e o latim.

De todo modo, ao fim do século XVI, já é possível vislumbrar alguns dos princípios que irão influenciar a reflexão linguística dos dois séculos posteriores. As pesquisas no campo das línguas e da linguagem começam a se libertar das disciplinas correlatas, embora mantenham intrínsecas relações com a lógica. Caminha-se com passos firmes da especulação para observação dos fenômenos, de sorte que, em alguns momentos, o empirismo vai se misturar à metafísica e com ela aprimorar-se. Mais uma vez, o debate sobre a natureza da linguagem humana é atualizado e reeditado. Porém, agora, em vez do confronto maniqueísta entre naturalismo *versus* convencionalismo, vigora, segundo Kristeva, “a língua é uma *ratio* e a língua é um *uso*”:

(...) a controvérsia entre a concepção segundo a qual a língua é uma *ratio* e aquela segundo a qual a língua é um *uso*. *Phýsis* e *Théseis* tornam-se razão ou natureza/uso. Mas os dois termos da dicotomia não se excluem, como acontecia no tempo de Platão: sobrepõem-se e atravessam verticalmente a linguagem que, desse modo, se desdobra em: fundo lógico (racional, necessário, regulado) e enunciação propriamente linguística (variada, irredutível ao seu fundo, a captar nas suas diversas manifestações no interior de uma mesma língua ou de uma língua para outra) (KRISTEVA, 1969, p. 183).

O fato é que a situação das línguas europeias já era muito diferente daquela verificada durante a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, principalmente em razão do crescimento da alfabetização e da adaptação dos vernáculos às novas funções. Um novo cenário estava colocado. No plano linguístico-filosófico, houve, como mencionado, uma maior consciência da diversidade e da historicidade das línguas reinstaurava. Por tabela, houve o retorno da velha querela acerca da natureza da linguagem verbal humana. Isto é, a maior consciência da variação e da mudança das línguas naturais trazia novamente a discussão sobre sua capacidade de representarem com perfeição os objetos do mundo.

Quanto a este novo panorama, Robins (1983) relata que, desde a Renascença, tinham sido episódicas as tentativas de estudos relacionados à história da linguagem e à comparação diacrônica das línguas. No entanto, e de forma paralela, o peso das pesquisas linguísticas recaiu sobremaneira na descrição e na análise dos idiomas, no

desenvolvimento de teorias sincrônicas, nas questões de cunho pedagógico e, finalmente, no que pode ser chamada, amplamente, de filosofia da linguagem, que são as teorias gerais sobre a importância e a função da linguagem na vida humana.

Para Câmara Jr. (1975), o século XVII ficou caracterizado como o período no qual redobrou-se a atenção para as modernas línguas da Europa, ficando o latim definitivamente em segundo plano. Cada vez com mais intensidade, os países passavam a demonstrar entusiasmo por suas próprias línguas vernáculas, o que gerou o aumento de gramáticas dessas línguas, sempre combinando a orientação lógica, a normatividade, o prescritivismo e, em menor medida, a observação dos fenômenos linguísticos.

No que toca à orientada lógica, merece destaque o grande desenvolvimento do racionalismo como corrente filosófica expoente do século XVII na Europa continental, tendo em Descartes seu principal precursor. Para os racionalistas, que enxergam na razão o elemento mais importante do conhecimento humano, a linguagem verbal constitui o elemento mais distintivo da espécie humana, porque é por ela que os homens expressam mais genuinamente a sua racionalidade. Como desdobramento do impacto do racionalismo cartesiano, surgiram as chamadas gramáticas gerais, assim conhecidas porque, em vez de focalizar a mudança histórica das línguas, tentavam retratar a estabilidade da relação entre a gramática e o pensamento, isto é, tentavam comprovar que as estruturas das línguas possuem uma relação de implicação com as estruturas da racionalidade humana, de modo que as diferentes línguas eram concebidas apenas como variedades de um sistema lógico e racional mais geral. Destarte, em suas abordagens, tais gramáticas misturavam abstração filosófica e descrição linguística, sempre numa perspectiva universal.

Entre as mais famosas, destacou-se sobremaneira a *Gramática Geral e Razoada de Port-Royal* de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, que, entre outras facetas, alcançou bastante êxito à época, ao defender princípios que buscavam ultrapassar a descrição de uma língua particular, no intuito deliberado de se aproximar da descrição da linguagem verbal humana em sua universalidade. A preocupação era demonstrar a presença marcante de princípios lógicos na linguagem, excluindo-se a referência à variação temporal das línguas. Embora não goze de muito prestígio nos círculos linguísticos contemporâneos, essa tradição racionalista foi seguida por vários autores importantes, como Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 - 1716) no século XVIII, Wilhelm von Humboldt (1767 - 1835)

e Gotlob Frege (1848 - 1925) no século XIX, e Noam Chomsky (1928 -) no século XX.

Para Georges Mounin (1970), houve uma grande produção de gramáticas gerais nos séculos XVII e XVIII, muito embora, em seu conjunto, não tenham significado muito progresso, nem do ponto de vista metodológico, muito menos da perspectiva do funcionamento das unidades de primeira articulação. Antes, a imensa maioria delas ainda se encontrava sob a influência do aristotelismo e do racionalismo cartesiano de *Port-Royal*, uma vez que a) concebiam as línguas naturais como as entidades cujo fim último consistia em viabilizar a enunciação dos pensamentos, b) assumiam a universalidade das categorias gramaticais, c) fundamentavam a sintaxe na lógica da ordem das palavras e d) partiam sempre do pressuposto de uma conexão profunda e de uma sincronia lógica entre funcionamento do pensamento e do discurso (MOUNIN, 1970, p. 147).

Além do interesse pela racionalização e universalização da linguagem, é preciso relacionar o surgimento da *Gramática de Port-Royal* suas congêneres ao forte prescritivismo presente no contexto francês do século XVII, em que os estudos sobre a “arte de bem falar” haviam ganhado fórum privilegiado. Não era para menos. Ao se colocar linguagem e pensamento numa relação de implicação, o falar bem passou a ser considerado o resultado natural e automático do pensar bem. Por consequência, um bom raciocínio pressupunha necessariamente um bom domínio linguístico. Esse argumento alcançou tanto sucesso que conseguiu extrapolar as fronteiras de seu tempo, sendo verificável, por exemplo, em qualquer gramática escolar dos séculos posteriores.

Logo no início de sua *Gramática*, Arnauld e Lancelot explicaram que ali continham fundamentos da arte de falar, os quais, na avaliação dos próprios autores, seriam explicados de modo claro e natural. Para ratificar sua face universalista, afirmaram que, ao longo da obra, estariam descrevendo aspectos comuns a todas as línguas, bem como estariam apontando as principais diferenças encontradas entre elas. Contudo, no plano filosófico, esta suposta universalidade ficava restrita ao domínio do pensamento, porque, em termos de estrutura linguística, ficava condicionada aos limites de certas línguas, todas indo-europeias ou afro-asiáticas, entre elas o francês, o latim, o grego e o hebraico, que eram as mais conhecidas à época.

Concomitante ao estudo gramatical, o inventário descritivo das línguas faladas continuava a ser desenvolvido, valendo-se dos mais variados princípios teórico-metodológicos, todos resultantes dos esforços advindos, sobretudo, dos dois séculos

antecessores. Tendo por objetivo a catalogação do maior número possível de línguas, muitos missionários e escritores viajantes empreenderam verdadeiras expedições nos continentes asiático, americano e africano.

Nesse contexto, o logicismo em matéria de linguagem conviveu lado a lado com as embrionárias abordagens comparatistas das diversas línguas naturais, visto que crescia no ambiente intelectual a tese segundo a qual teria havido, em um passado distante, uma espécie de protolíngua, da qual todas as demais teriam se originado. Consoante Câmara Jr. (1975), é esta tese que vai ser o mote fundador da linguística histórico-comparativa no século XIX, a qual mobilizará todos os esforços necessários para concretizar a catalogação de todas as línguas do mundo, conhecidas e não conhecidas.

Racionalismo vs Empirismo no Século das Luzes

No século XVIII, o estudo sobre línguas e linguagem não havia conseguido escapar do espírito de classificação e de sistematização que invadira todas as ciências existentes naquele período. A geometria parece ser o modelo sobre o qual se tentam construir todo e qualquer conhecimento que se queira científico, em verdadeira veneração e idolatria pela ordem, clareza, precisão e exatidão. Assim, o maior efeito dessa primeira tentativa de geometrização no domínio da linguagem foi a tendência para a sistematização da multiplicidade das línguas observadas, tentando reduzir todos esses diversos tipos a uma língua original comum, universal e, conseqüentemente, natural.

Nas palavras de Leroy (1971), todo o século XVIII esteve sob forte influência do logicismo cartesiano, sobretudo, por conta do sucesso e da repercussão que obtiveram as reimpressões da *Gramática de Port-Royal*, de sorte que as línguas e a linguagem aparecem sempre como um sistema de funcionamento, como uma mecânica cujas regras poderiam ser estudadas como as de qualquer outro objeto físico. O termo mecânico, inclusive, foi muito corriqueiro em várias obras de caráter descritivo.

Julia Kristeva (1969) ratifica essa visão do século XVIII como herdeira da concepção racionalista da linguagem que os senhores de *Port-Royal* e os seus sucessores lhe legaram, porque a linguagem foi concebida como uma diversidade de idiomas que tinham na base as mesmas regras lógicas que constituem uma espécie de constante, a natureza humana:

O resultado deste quadro no domínio da linguagem é que os filósofos e os gramáticos procuraram – mais do que anteriormente – esclarecer as particularidades específicas de cada objecto (língua), libertando-o completamente do impacto do latim, por um lado, e por outro lado, em larga medida, da dependência lógica, sem no entanto lhe tirarem o fundamento universal a que agora chamam natural em vez de lógico (KRISTEVA, 1969, p. 200).

No entanto, em contraposição ao racionalismo cartesiano, não se pode deixar de mencionar o impacto que o empirismo de matriz britânica causou nos estudos sobre línguas e linguagem, principalmente no século XVIII. Muitos filósofos, influenciados pelas reflexões de John Locke (1632 - 1704), mobilizaram-se no sentido de apresentarem teorias que refutassem o racionalismo cartesiano e a consequente teoria das ideias inatas. Ao mesmo tempo, tais teorias deveriam explicar os fenômenos da natureza, entre eles, o da linguagem, por uma perspectiva estritamente empirista, na qual a experiência aparecesse como o fundamento, por excelência, do conhecimento humano. Neste cenário, em que conviviam tanto estudos voltados para a elaboração de gramáticas gerais quanto esforços no intuito de promover descrições de línguas naturais, desenvolveu-se, por conseguinte, com semelhante intensidade, o debate sobre a origem das línguas e a natureza da linguagem verbal humana.

O tema da origem das línguas apareceu nos séculos XVII e XVIII, com os trabalhos de Giambattista Vico (1668 - 1744), Thomas Hobbes (1588 - 1679) Johann Gottfried von Herder (1744 - 1803), Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 - 1716), de Étienne Bonnot de Condillac (1714 - 1780) e de Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778), entre outros. Em relação às pesquisas voltadas para a compreensão da linguagem humana em termos de estrutura e funcionamento, pode-se citar os trabalhos pioneiros de Locke, Herder e Condillac, principalmente.

Esses últimos pensadores, resguardadas as particularidades de suas abordagens, foram considerados empiristas porque tinham em comum a convicção de que todos os conhecimentos humanos têm ou tiveram sua origem a partir do contato dos órgãos do sentido com o mundo que os circunda. Afirmavam ainda que a linguagem verbal era uma criação dos homens, nascida da necessidade da natureza e, portanto, não era uma dádiva divina, postulado esse demasiadamente revolucionário para um tempo em que a religiosidade imperava em todas as esferas sociais. O empirismo, nesses termos, irá contribuir decisivamente para o progresso das ciências da natureza e irá preparar uma

alteração epistemológica que reorientará os estudos científicos para as observações concretas.

Foi nessas circunstâncias, num período caracterizado pela crescente teorização sobre a linguagem, dentro de um clima científico e filosófico marcado pelo embate entre racionalistas e empiristas, que vários pensadores elaboraram suas reflexões linguísticas. Assim, se até o final do século XVII a produção intelectual produzida acerca da linguagem permanecia relativamente modesta, a situação começa a mudar drasticamente no século XVIII, período no qual os estudos sobre línguas e linguagem multiplicaram-se e diversificaram-se de modo impressionante.

Como afirma Mounin (1970), o século XVIII encerra uma tão complexa multiplicidade de enfoques, bem como uma dinâmica cultural e intelectual tão intensas, que será preciso ainda muito esforço, por parte dos historiadores da linguagem e dos historiógrafos-linguistas, para que seja possível a construção de uma visão mais panorâmica e mais consistente de sua configuração e de sua importância para os estudos linguísticos posteriores.

Em outros termos, o tema das línguas e da linguagem, no século XVIII, passou a interessar a uma gama tão grande de intelectuais, fomentando uma intensa discussão linguística entre filósofos, políticos, economistas e religiosos, que o período carece urgentemente de ser explorado e investigado, porque, “em geral, não se dispõe neste campo senão de juízos formulados segundo o ponto de vista do século XIX, do tempo em que nasciam e triunfavam a atitude e o método históricos (MOUNIN, 1970, p. 145).

Em resumo, pode-se afirmar que o século XVIII foi, preponderante, um período de muita teoria, em que a historicidade ficou em segundo plano. Isto é, continuou-se o esforço coletivo de construção de um inventário das línguas faladas no mundo, realizando o trabalho de catalogação e de comparação das línguas estudadas, valendo-se de vários critérios, imperando fatores como a origem geográfica, o suposto parentesco, as semelhanças tipológicas, bem como as conveniências política e estética. No entanto, o que parece ser mais importante nesse período, do ponto de vista da história dos estudos sobre línguas e linguagem, foi o progresso significativo no que diz respeito à teorização sobre a natureza e a função da linguagem verbal humana.

Considerações finais

Frequentemente, existe uma reserva muito grande em relação a qualquer proposta de se revisitar estudiosos clássicos no campo da linguagem, como é o caso desta tentativa de síntese dos estudos pré-linguísticos e paralinguísticos no Ocidente. Em parte, essa reserva pode ser explicada porque acredita-se cegamente, no Brasil e em outras partes do mundo, que os estudos linguísticos começaram com Saussure ou, no limite, foram iniciados pelos comparatistas e neogramáticos do século XIX. Assim, tudo que foi feito antes do século XIX teria apenas valor ornamental. Desconfia-se, portanto, de que o passado mais distante nada mais pode ensinar.

Entretanto, contrariando essa perspectiva reducionista, é preciso insistir que a tradição precisa ser apreendida, porque ela pode – sempre e ainda – dizer algo. Necessita-se levar em conta que, em toda a história das ciências, nenhuma teoria nasceu do nada. Há sempre uma história de teorias antecedentes e conectadas. Por conseguinte, não seriam possíveis nem a obra de Saussure nem os trabalhos dos comparatistas e neogramáticos se não fossem as reflexões sobre as línguas e sobre a linguagem que vieram antes deles, reflexões estas que, passando pelos pensadores das Idades Moderna e Medieval, remontam, em última instância, aos filósofos da Grécia Antiga.

Nessa linha de pensamento, faz-se preciso ratificar a relevância de conhecer a dimensão histórica dos estudos sobre línguas e linguagem, na esperança de levar o pesquisador a uma maior consciência entre o lugar que o mesmo ocupa na área de investigação, bem como a uma melhor compreensão do lugar dessa área no universo da ciência e da sociedade. Nesse retorno crítico às bases epistemológicas das ciências da linguagem, e diante de um mundo e de uma ciência cada vez mais sem memória e demasiadamente especializados, a Historiografia-Linguística tem se tornado um campo de pesquisa cada vez mais fundamental, posto que fornece um interessante arcabouço teórico e metodológico de abordagem diacrônica de textos teóricos sobre línguas e linguagem. Fazendo coro com Olga Coelho e Maria Mercedes Hackerott (2012), pensar e realizar Historiografia-Linguística tem a ver com esse compromisso de “reservar um lugar para as reflexões e para técnicas que permitam recuperar e preservar memórias sobre os percursos da Linguística e, principalmente, empregá-las como um conjunto de experiências capazes de fundamentar projetos futuros” (COELHO; HACKEROTT, 2012, p. 381).

Desse modo, ao se realizar uma sucinta aproximação histórica dos estudos sobre

línguas e linguagem, desde Platão até os filósofos da linguagem do século XVIII, é fácil constatar que tais estudos se encontram num *continuum* entre períodos teorizadores e historicistas, num movimento que se reveste de certa regularidade. No que tange aos estudos pré-linguísticos e paralinguísticos de feição teórico e descritivo, foi mostrado que, na Antiguidade e na Idade Média, prevaleceu a descrição gramatical do grego e latim e que somente tardiamente teriam surgido as gramáticas consagradas às línguas nacionais europeias. Durante esse período, de fato, predominou o estudo e a elaboração de gramáticas especulativas, cujo objetivo era definir a correlação entre os domínios do mundo real, do pensamento e da linguagem.

Quanto ao período que vai do Renascimento ao século XVIII, observou-se que, mesmo voltado para a redescoberta e a revalorização da cultura greco-romana, esse período foi de suma importância para a inauguração das ciências e da filosofia nos moldes modernos, porque impulsionou e foi impulsionado por profundas reformas sociais, políticas, econômicas e culturais. O impacto de toda essa conjuntura revolucionária deixou muito mais complexo e emaranhado o cenário de investigações sobre as línguas e a linguagem, porque, ao lado dos estudos do latim e do grego clássicos, passou-se a estudar outras línguas, tanto vernáculas quanto outras línguas mortas, fatos estes que aumentaram a consciência coletiva sobre a diversidade linguística no planeta e fizeram com que as línguas naturais passassem a ser vistas como instituições sujeitas às intempéries do tempo.

Na modernidade, em geral, e no século XVIII, em específico, tentou-se demonstrar que a filosofia e as ciências produzidas estiveram profundamente marcadas pelo embate entre racionalismo e empirismo, como duas vertentes opostas no âmbito da epistemologia. No século XVIII, o estudo sobre línguas e linguagem não conseguiu escapar do espírito de classificação e de sistematização que havia invadido as ciências e a filosofia. Em tal cenário, em que conviviam tanto estudos voltados para a elaboração de gramáticas gerais quanto esforços no intuito de promover descrições de línguas naturais, desenvolveu-se com semelhante intensidade o debate sobre a origem das línguas e a natureza da linguagem verbal humana.

Referências

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Trad. Bruno Fregni e Henrique Graciano Muracho. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUROUX, Sylvain. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2009.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 2010a.

_____. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Unesp, 2010b.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. Trad. Maria Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

COELHO Olga; HACKEROTT, Maria Mercedes. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio. (Orgs.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico?* Volume 1. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. In: *Revista ANPOLL* / 1996, v. 2, p. 45-70.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa, Edições 70, 1969.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

MOUNIN, Georges. *História da Linguística: das origens ao século XX*. Trad. F. J. Hopffer Rêgo, Porto: Despertar, 1970.

PLATÃO. *Diálogos. Teeteto – Crátilo*. (Vol. IX.). Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973.

ROBINS, Robert Henry. *Pequena história da linguística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

STUDIES ON LANGUAGE BEFORE THE BIRTH OF MODERN LINGUISTICS

ABSTRACT

It is very difficult and complex the taskwork of treating diachronically the studies on the language. However, in contemporary times, it is assumed that it is necessary to resume critically the classical writers of language, as stated Koerner (1996) e Auroux (2009). In this perspective, through the theoretical and methodological principles from the Linguistics Historiography (based on Coelho and Hackerott (2012), the objective here is to bring to light some elements of the production of knowledge about languages from the period part of Ancient Greece, passing through the Middle Ages and Modern Age, until the eighteenth century. In this period a vast tradition of studies was produced, with which many thinkers of the language of the nineteenth and twentieth centuries dialogued.

Keywords: Linguistics Historiography, History of Linguistics, Language.

Recebido em 07/01/2018

Aprovado em 22/04/2018